

internacional

internacional@jornaldocomercio.com.br

Hamas condiciona trégua a Estado palestino

Cenário se tornaria improvável já que Israel prometeu extinguir o grupo terrorista após os ataques de 7 de outubro

Em entrevista à Associated Press, uma importante autoridade política do Hamas disse que o grupo terrorista islâmico está disposto a concordar com uma trégua de cinco anos ou mais com Israel e que deixaria de lado suas armas e se converteria em um partido político, se um Estado palestino independente fosse estabelecido ao longo das fronteiras anteriores a 1967.

Os comentários de Khalil al-Hayya, membro do comitê central de decisão do grupo terrorista ocorreram em meio a um impasse de meses nas negociações de cessar-fogo. A sugestão de que o Hamas se desarmaria com a criação de um Estado Palestino já foi feita outras vezes. Mas é improvável que Israel considere tal cenário.

O país prometeu esmagar o Hamas após os ataques terroristas de 7 de outubro que desen-

dearam a guerra, e sua liderança atual se opõe à criação de um Estado palestino. Al-Hayya, uma autoridade de alto escalão do Hamas que representou os terroristas do Hamas em negociações para um cessar-fogo e troca de reféns, disse que o grupo terrorista quer se unir à Organização para a Libertação da Palestina, liderada pela facção rival Fatah, para formar um governo unificado para Gaza e a Cisjordânia.

Ele disse que o Hamas aceitaria “um Estado palestino totalmente soberano na Cisjordânia e na Faixa de Gaza e o retorno dos refugiados palestinos conforme as resoluções internacionais”, ao longo das fronteiras de Israel anteriores

a 1967, à Guerra dos Seis Dias, quando Israel ocupou mais territórios no Oriente Médio.

Se isso acontecer, disse ele, a ala militar do grupo se dissolverá. “Todas as experiências de pessoas que lutaram contra os ocupantes, quando se tornaram independentes e obtiveram seus direitos e seu Estado, o que essas forças fizeram? Elas se transformaram em partidos políticos e suas forças de Defesa se transformaram no exército nacional”, disse ele.

Ao longo dos anos, o Hamas às vezes moderou sua posição pública com relação à possibilidade de um Estado palestino ao lado de Israel. Mas seu programa político ainda oficialmente “rejei-



JUSTIN SULLIVAN/AFP/JC

Líder islâmico não deixou claro se os dois Estados significaria o fim da guerra

ta qualquer alternativa à libertação total da Palestina, do rio ao mar” - referindo-se à área que vai do Rio Jordão ao Mar Mediterrâneo, que inclui as terras que hoje constituem Israel. O grupo defende abertamente o extermínio do

Estado judeu.

Al-Hayya não disse se sua solução de dois Estados significaria o fim do conflito palestino com Israel ou um passo provisório em direção ao objetivo declarado do grupo de destruir Israel.

Brasil, EUA e outros países divulgam nota conjunta por libertação de reféns em Gaza

Os governos de Brasil, Estados Unidos, Argentina e vários outros, num total de 18 países, divulgam nesta quinta-feira, nota conjunta, na qual pedem a libertação de todos os reféns na Faixa de Gaza. A Casa Branca divulgou nesta quinta o comunicado, que pede a “libertação imediata de todos os reféns” mantidos pelo Ha-

mas por mais de 200 dias, e diz que o destino deles e da população civil em Gaza, “que estão protegidos pela lei internacional, é de preocupação internacional”.

Os líderes de EUA, Argentina, Áustria, Brasil, Bulgária, Canadá, Colômbia, Dinamarca, França, Alemanha, Hungria, Polônia, Portugal, Romênia, Sérvia, Espanha,

Tailândia e Reino Unido firmam o documento.

A nota diz que um acordo sobre a mesa para liberar reféns incluiria um cessar-fogo “imediato e prolongado” em Gaza, o que facilitaria o envio de ajuda humanitária adicional na região, bem como um “fim digno de crédito das hostilidades”. Os moradores

da Faixa de Gaza poderiam voltar para suas casas e terras, com preparativos anteriores para garantir seu abrigo e suas provisões humanitárias.

“Nós apoiamos fortemente os esforços em andamento de mediação, a fim de levar nosso povo para casa. Reiteramos nosso pedido para que o Hamas liberte

os reféns, e nos deixe acabar com esta crise, de modo que possamos coletivamente nos concentrar nos esforços para trazer paz e estabilidade à região”, afirma o texto.

A assessoria de imprensa do Planalto já havia informado nesta semana que o Brasil estaria entre os signatários da nota, adiantando seu conteúdo.

Após premiê renunciar, governo transitório assume

/ HAITI

Mais de um mês após o anúncio da renúncia do então primeiro-ministro Ariel Henry, o governo transitório assumiu o comando do Haiti. Nesta quinta-feira (25), os nove membros do Conselho Presidencial de Transição prestaram juramento no Palácio Nacional, em Porto Príncipe, para serem empossados. O comitê tem a missão de tentar restaurar a ordem em um país abalado pela grave violência entre gangues.

Enquanto se aguarda a nomeação de um novo primeiro-ministro pelo Conselho Presidencial nos próximos dias, o Haiti funcionará com um governo provisório nomeado na última quarta-feira (24). O ministro das finanças de Henry, Michel Patrick Boisvert, será o primeiro-ministro interino.

“Hoje é um dia importante na vida de nossa querida repúbli-

ca, este dia de fato abre uma perspectiva para uma solução para as crises multidimensionais que o país enfrenta”, disse Boisvert após o juramento formal do conselho de transição.

Ainda não se sabe se o Conselho conseguirá chegar a um consenso sobre a nomeação de um primeiro-ministro e entregar o poder a um governo eleito até fevereiro de 2026. Além disso, as gangues do país expressaram descontentamento por terem sido excluídas das negociações de transição.

Henry, que havia anunciado em 11 de março que renunciaria assim que as novas autoridades fossem empossadas, oficializou a saída do governo. “Agradeço ao povo haitiano pela oportunidade de servir ao nosso país com integridade, sabedoria e honra. O Haiti renascerá”, escreveu em uma carta.

O ex-premiê havia assumido o

cargo em julho de 2021, cerca de duas semanas após assassinato a tiros do presidente Jovenel Moïse, que o tinha indicado ao posto. Desde então, o país enfrenta uma crise profunda na política e na segurança pública.

O país caribenho tem sofrido uma explosão de violência desde o final de fevereiro, quando gangues lançaram ataques a delegacias de polícia, prisões, sedes oficiais e ao aeroporto de Porto Príncipe, em uma repressão ao contestado Henry.

Apesar da escalada recente, a crise no Haiti vem de séculos, desde a independência da França, em 1804. Depois de uma série de sucessão de governos no século 19 derrubados por revoltas ou assassinatos, o país foi dominado pela ditadura violenta de François “Papa Doc” Duvalier e seu filho, Jean-Claude “Baby Doc” até meados dos anos 1980.

Itamaraty esvazia embaixadas na África e contraria discurso de Lula

/ DIPLOMACIA

O Itamaraty começou a esvaziar embaixadas na África, contrariando discurso do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de que seu terceiro mandato seria marcado por reaproximação e reforço de laços com países do continente.

Ao menos nove diplomatas que estão em postos no continente africano já foram comunicados que terão de voltar ao Brasil até o meio do ano. Isso deve representar metade dos que estão há mais de seis anos no exterior.

O Itamaraty quer que os diplomatas retornem, principalmente, por causa da organização de grandes eventos como a cúpula do G-20, em novembro, e da reunião dos Brics e da COP-30, em 2025. Segundo o ministério, a lista deve ser publicada no dia 14 de maio.

A notícia não agradou diplomatas e embaixadores no continente, que se preocupam com a diminuição das representações na África. A título de comparação, um deles diz que, em postos maiores, como Paris, um diplomata pode representar 10% da equipe, mas significa às vezes metade de uma embaixada africana. Por lei, um diplomata pode ficar até dez anos trabalhando fora do Brasil, desde que, passados os seis primeiros, os quatro restantes sejam em postos na classificação dos que ficam na África.

Procurado, o Itamaraty afirmou discordar da ideia de que a política de remoção prejudicará a representação no continente africano. A pasta citou uma portaria publicada em março na qual se abrem exceções para quem quiser continuar fora do Brasil após os seis anos iniciais em lei cumpridos.